

A Expansão das Rodovias que Impulsiona o *Agronegócio!*



Relatório da Administração
Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias

Destaques Operacionais e Financeiros

As informações apresentadas neste documento correspondem aos resultados das operações da

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

A Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. (“Grãos do Piauí”), concessão patrocinada que tem como atividade principal a prestação de serviços públicos de construção, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária. A SPE foi constituída em 07 de julho de 2021, com sede em Teresina, Estado do Piauí e assinou em 26 de julho de 2021 o contrato de concessão das rodovias PI-397 (“Transcerrados”) e PI-262 (“Palestina”), na qual a CS Infra SA (“CS Infra”) detém 73,3% de participação, sendo controlada indireta da Simpar S.A (“Grupo Simpar”).

- **Receita Líquida de Arrecadação Total:** atingiu R\$ 80,2 milhões após a inauguração da P3 em abril de 2024, completando a inauguração de todas praças de pedágio da primeira fase do contrato.
- **Resultado Bruto em 2024** atingiu R\$ 56,8 milhões, quando comparado 2023 R\$ 1,7 milhões, um houve um aumento de R\$ 55,1 milhões, resultado do avanço nas inaugurações das praças de pedágio e novos trechos da rodovia.
- **Endividamento líquido total** de R\$ 275,9 milhões em 2024, com prazo de vencimento em 15 anos, comparado com 2023 de R\$ 74,9 milhões, houve um aumento R\$201 milhões, decorrente dos investimentos realizados no ano de 2024.
- **Capital Expenditure (“CAPEX”)** registrado no ano foi de R\$ 126,4 milhões, de um total previsto de R\$ 123,1 milhões, investidos em obras de pavimentação, melhorias e criação de bases operacionais.

Mensagem da Administração

A CS Grãos do Piauí, controlada pela CS Infra, empresa do Grupo SIMPAR (SIMH3), recebeu a concessão das Rodovias Transcerrados (PI-397) e Palestina (PI-262) dentro do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) do Governo Federal e já investiu mais de R\$350 milhões que apresentam grandes melhorias, manutenção, conservação e operação que impactam no conforto e segurança dos usuários, que historicamente, enfrentaram dificuldades de tráfego local.

O impacto positivo dessas melhorias, que iniciaram em 2022, já tem surtido efeito positivo para muitos motoristas e caminhoneiros que trafegam diariamente pela rodovia. Mais rapidez, uma vez que agora há uma redução média de 3 horas na realização do percurso, assim como segurança e suporte são pontos centrais relatados pelos usuários da autovia.

As obras contemplam trechos das rodovias PI-397 (Transcerrados) e PI-262 (Estrada Palestina), que atravessam a região sul do estado do Piauí, abrangendo 25 municípios que, juntos, representam cerca de 25% da área total do Piauí e população de quase 200 mil habitantes.

A preservação e recuperação das vias são de interesse nacional e proporcionam aos agricultores melhores condições de escoamento da produção, diminuição de gastos com logística e transporte e seu desenvolvimento impacta positivamente a vida de mais de 200 mil pessoas.

Entre os principais benefícios já implementados na rodovia, via estratégica para o transporte de cargas, pois é uma rota que concentra o escoamento de grãos como milho e soja, fundamental para a economia piauiense;

- Implantação de 144km de Rodovia;
- Implantação de 04 Praças de Pedágio;
- Implantação de Dispositivos de Segurança em todas as curvas e locais perigosos;
- Instalação de 736 placas de sinalização
- 3500 m² tapa-buracos
- Limpeza e roçada da faixa de domínio – que totaliza 16 milhões de m²

Além disso, 276 km de pintura, que envolvem sinalização horizontal, marcações no pavimento, delimitação de acostamentos, faixas de pedestres e de ultrapassagens, aviso de sentido de via, entre outros pontos que aumentam a segurança na rodovia.

A Base de Serviços Operacionais (BSO), que também já está em operação, conta com uma estrutura que oferece banheiros com acessibilidade para pessoas com deficiência, fraldário, bebedouro, totens de autoatendimento, *Wi-Fi* área de descanso, entre outros serviços.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (“SAU”), outra parte fundamental da concessão, disponibiliza um guincho pesado e um leve, um caminhão pipa, um caminhão multiuso, dois veículos de inspeção de tráfego. Foram realizados mais de 7.500 atendimentos aos usuários.

A concessionária também concluiu a instalação de 11 torres de radiocomunicação, espalhadas estrategicamente ao longo dos 276,8 km da rodovia.

Para realização de cada uma das etapas da obra, a CS Grãos do Piauí recebeu todas as licenças ambientais necessárias junto às autoridades e órgãos responsáveis, além de ter realizado trabalhos de apoio à fauna.

Vale ressaltar que o índice de satisfação dos usuários subiu para 88%, resultado das contínuas melhorias e investimentos de infraestrutura e serviços, impulsionando a criação de empregos e o fortalecimento da logística do agronegócio.

Outrossim, vem sendo desenvolvido vários programas sociais e campanhas junto aos usuários das rodovias. No final de 2024 a Campanha de “Combate a Prostituição Infantil e Combate a Violência Contra a Mulher” foi premiada com o Selo “Mais Mulheres” pela Secretaria das Mulheres – SEMPI do Governo do Estado do Piauí.

Em fevereiro de 2024, a CS Grãos do Piauí, ampliou sua concessão com a incorporação das rodovias PI-247, PI-391 e PI-392, reafirmando seu papel como a maior concessionária rodoviária do Norte-Nordeste. Ao longo dos próximos 28 anos, serão investidos R\$ 4,1 bilhões, abrangendo 584 km de rodovias cruciais para o escoamento agrícola no Cerrado piauiense, com impacto direto na competitividade do agronegócio. Em julho de 24 foi assinado a transferência das Rodovias pelo Poder Concedente, passando para a CS Grãos do Piauí a responsabilidade das Rodovias aditadas.

Com a Transferência das Rodovias dá-se o início da Fase I que contempla a implantação de duas Bases de Serviço Operacional e equipamentos de resgate, execução de obras para garantir a trafegabilidade em trechos críticos e não pavimentados, bem como pela prestação de serviços abrangendo manutenção preditiva, periódica e rotineira. Com o compromisso de atender as regiões estratégicas, facilitando o transporte de grãos como soja e milho, essenciais para a economia regional, foram mobilizadas empresas para execução dos Trabalhos da Fase I.

Principais realizações até dezembro de 2024: início das atividades de Trabalhos Iniciais da Fase I dos Novos Trechos (PI-247, PI-392, PI-391), com os serviços de (i) Trafegabilidade da PI-391, (ii) Tapaburaco, (iii) Sinalização Horizontal e Vertical na PI-247 e PI-392, (iv) roçagem e poda de árvores nas Faixas de Domínio nas PI-247 e (v) implantação e operação de duas Bases de Suporte Operacionais.

As rodovias atendem regiões estratégicas, facilitando o transporte de grãos como soja e milho, essenciais para a economia regional.

O início dos serviços dos trabalhos iniciais reforça a segurança e a qualidade no atendimento aos usuários.

Em colaboração com o **Governo do Piauí**, a **CS Grãos do Piauí**, uma empresa **CS Infra**, continua liderando um projeto de transformação na malha rodoviária, que se tornou referência em **Parcerias Público-Privadas (PPP)**. O foco está em garantir rodovias seguras, modernas e eficientes, essenciais para o desenvolvimento econômico regional e o bem-estar dos usuários.

Wilton Luis Neiva de Moura Santos Filho
Diretor CS Grãos

1. Principais destaques financeiros:

	2024	2023	▲ A/A %
Receita bruta	209.048	144.352	44,82
(-) Deduções da receita	(2.597)	(710)	(265,77)
(=) Receita líquida	206.451	143.642	43,73
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	80.076	13.664	(486,04)
Receita de construção	126.376	129.978	(2,77)
(-) Custos totais	(149.631)	(141.928)	(5,43)
Custo de serviços prestados	(23.255)	(11.950)	(94,60)
Custo de construção	(126.376)	(129.978)	2,77
(=) Lucro bruto	56.820	1.714	(3.215)
<i>Margem Bruta %</i>	27,52%	1,08%	
(-) Despesas operacionais antes do resultado financeiro	(12.252)	(17.855)	0,46
Despesas administrativas e comerciais	(12.252)	(17.855)	31,38
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	0
EBIT	44.568	(16.141)	376,12
<i>Margem EBIT</i>	21,59%	(11,24) %	
<i>Margem EBIT s/ receita líquida de serviços</i>	55,66%	(118,13) %	
(-) Resultado financeiro	(18.993)	(2.863)	563,40
Receitas financeiras	1.902	282	574,47
Despesa financeiras	(20.895)	(3.145)	(564,39)
(=) Lucro antes dos impostos	25.575	(19.004)	234,58
Impostos e contribuições correntes	(451)	-	
Impostos e contribuições diferidos	(8.223)	6.412	228,24
(=) Lucro líquido	16.901	(12.592)	234,22
<i>Margem Líquida Total</i>	8,19%	65,23%	
EBITDA	16.901	(12.592)	234,22
<i>Margem EBITDA</i>	8,19%	(8,77) %	193,39 p.p
<i>Margem EBITDA s/ receita líquida de serviços</i>	21,11%	(92,15) %	122,90 p.p

A *receita líquida de prestação de serviço* apresentou um aumento de R\$66,4 milhões no comparativo 2024 com 2023, devido ao as praças de pedágio (P1, P2, P3 e P4) estarem 100% inauguradas gerando um aumento na receita de arrecadação em 2024 de R\$14,5 milhões. Além do aumento na receita de contraprestação patrocinada de R\$51,9 milhões, decorrente de 100% das operações comerciais das praças, inauguradas entre 2023 e 2024 e sob o avanço das pavimentações, viabilizando a locomoção com maior segurança e menor tempo para percorrer o trajeto.

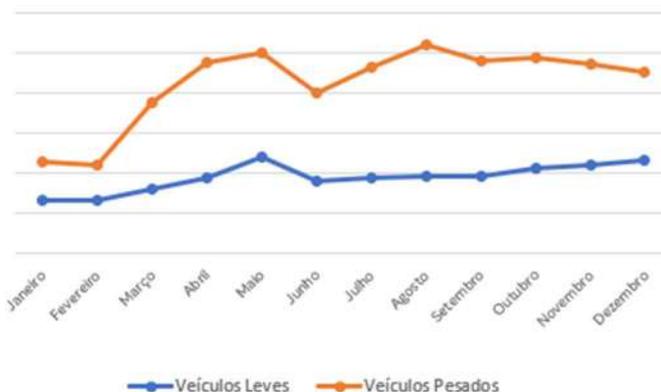
A *receita de arrecadação* que apresentou o aumento de R\$14,5 milhões ou 234,4% são demonstrada abaixo por quantidade veículos que utilizaram as praças de pedágio e a evolução por utilização das praças:

Quantidade de passagem dos veículos comerciais e de passeios estão apresentados:

	4T24	3T24	▲ A/A	12M23	12M22	▲ A/A %
Veículos (equivalentes)	76.440	62.097	23,1	509.448	154.041	230,7
Comerciais	43.572	38.366	13,6	280.442	91.556	206,3
Passeio	32.868	23.731	38,5	229.006	62.485	266,5
Receita Bruta (R\$ milhões) (i)	5.528	6.698	-17,5	20.709	6.192	234,4

(i) não incluso receita de construção

Evolução pela quantidade de veículos – utilização das praças de pedágio



O *custo de serviços prestados* apresentou um aumento de R\$ 11,3 milhões no comparativo de 2024 com 2023, marcando o início das operações gerou aumento principalmente nos salários e encargos.

As *despesas financeiras* apresentaram um aumento de R\$20,9 milhões comparado com 2024 com 2023, decorrentes das despesas com empréstimos e financiamentos, que foram tomados junto ao Banco do Nordeste com a finalidade do contínuo investimento na concessão.

2. Investimentos

A Companhia efetuou melhorias na rodovia Transcerrados e seu entorno, com a garantia de vias mais seguras e suporte ágio e eficiente aos seus usuários, com isso em 2024, os investimentos superaram R\$130 milhões, com as pavimentações, construção do CCO e base de apoio operacional, além da criação do serviço de atendimento ao usuário (“SAU”).

3. Gestão do Capital

A gestão de passivos em 2024 foi de suma importância, pois a Companhia em fase de operacionalização da rodovia conta com o desafio de otimizar seus gastos, no cumprimento do compromisso firmado junto ao Governo do Piauí. A Grãos do Piauí, junto aos fornecedores e prestadores de serviços vem buscando minimizar custos, melhores prazos e formas de pagamento que viabilizem o cumprimento do orçamento planejado.

Continuaremos focados na gestão do fluxo de caixa e solidez da nossa estrutura de capital mantendo o Balanço pronto para o desenvolvimento e crescimento dos negócios.

4. Auditoria Independente

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No período findo em 31 de dezembro de 2024, a PwC prestou apenas serviços de auditoria das demonstrações financeiras e não houve outros serviços prestados que pudessem representar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

5. Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Diretoria Executiva

Fernando Antônio Quintas Alves Filho

Diretor CS Grãos

Wilton Luis Neiva De Moura Santos Filho

Diretor CS Grãos

Rodrigo Pinheiro Andrade

Diretor CS Grãos

Grãos do Piauí
Concessionária de
Rodovias SPE S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Grãos do Piauí Concessionária
de Rodovias SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles



Grãos do Piauí Concessionária
de Rodovias SPE S.A.

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Grãos do Piauí Concessionária
de Rodovias SPE S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 28 de março de 2025

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Assinado por: PRISCILA DA COSTA E SILVA PASCHOAL GOMES 2525887898
CPF: 2525887898
DataHora de Assinatura: 28 de março de 2025 | 19:50 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5



00004032001914
Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora CRC 1SP222241/O-0

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

*Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente*

Índice

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto.....	7
Notas explicativas às Demonstrações financeiras	8

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
 Balanços patrimoniais
 Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)



	Notas	2024	2023		Notas	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.020	748	Fornecedores	12	5.965	9.612
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	6	6.968	2.250	Empréstimos e financiamentos	13	76.465	4.345
Contas a receber	7	40.284	5.081	Obrigações sociais e trabalhistas	14	4.678	3.615
Partes relacionadas	18.1	5.203	-	Partes relacionadas	18.1	83	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	16.3	2.195	42	Tributos a recolher	15	3.169	1.724
Despesas antecipadas	9	1.258	116	Outras contas a pagar	17	4.023	224
Adiantamentos a terceiros	8	70	6.612	Total passivo circulante		94.383	19.520
Outros créditos		448	80				
Total ativo circulante		57.446	14.929				
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	7	101.399	64.962	Empréstimos e financiamentos	13	207.468	66.585
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.1	-	7.738	Tributos a recolher	15	2.399	-
Imobilizado, líquido	10	11.409	7.849	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.1	485	-
Intangível, líquido	11	220.149	135.171	Obrigações sociais e trabalhistas	14	5	-
Total ativo não circulante		332.957	215.720	Partes relacionadas	18.1	3.724	80.148
				Total passivo não circulante		214.081	146.733
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	19.1	79.565	79.565
				Reserva legal	19.2	406	-
				Reservas de lucros	19.2	1.968	-
				Prejuízo acumulado		-	(15.169)
				Total do patrimônio líquido		81.939	64.396
Total do ativo		390.403	230.649	Total do passivo e patrimônio líquido		390.403	230.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
 Demonstração de resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)



	Nota	2024	2023
Receita líquida de prestação de serviços e construção	20	206.451	143.642
Custo com prestação de serviços e construção	21	(149.631)	(141.928)
Lucro bruto		56.820	1.714
Despesas administrativas	21	(12.252)	(17.855)
Total dos gastos operacionais		(12.252)	(17.855)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		44.568	(16.141)
Receitas financeiras	22	1.902	282
Despesas financeiras	22	(20.895)	(3.145)
Resultado financeiro		(18.993)	(2.863)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		25.575	(19.004)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16.3	(451)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	16.3	(8.223)	6.412
Total do imposto de renda e da contribuição social		(8.674)	6.412
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		16.901	(12.592)

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido do período	16.901	(12.592)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>16.901</u>	<u>(12.592)</u>

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)



Nota	Capital social integralizado	Reservas de lucros			Lucro (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
		Incentivos fiscais	Reserva de investimentos	Reserva legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	36.603	-	-	-	(2.577)	34.026
Prejuízo do período	-	-	-	-	(12.592)	(12.592)
Aumento de capital	42.962	-	-	-	-	42.962
Saldos em 31 de dezembro de 2023	79.565	-	-	-	(15.169)	64.396
Lucro líquido do período	-	-	-	-	16.901	16.901
Incentivos fiscais	19.2	-	642	-	-	642
<i>Destinação do lucro</i>						
Reserva legal	19.2	-	-	87	(87)	-
Reserva de investimentos	19.2	-	1.645	-	(1.645)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	79.565	642	1.645	87	-	81.939

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	20	25.575	(19.004)
Ajuste para conciliar o lucro do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	21	6.484	2.703
Baixa de ativo imobilizado e intangível	10	93	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	13	17.733	2.028
		<u>49.885</u>	<u>(14.273)</u>
Variação de ativo e passivo:			
Contas a receber		(71.640)	(47.338)
Fornecedores		(3.647)	2.311
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar		2.303	4.023
Despesas antecipadas		-	473
Adiantamento a terceiros		6.542	(3.512)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		3.336	3.631
		<u>(63.106)</u>	<u>(40.412)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos		-	(24)
Resgates (investimentos) em títulos e valores mobiliários		(5.086)	2.557
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(18.307)</u>	<u>(52.152)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado	10	(4.466)	(7.042)
Adições ao ativo intangível	11	(88.488)	(86.067)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		<u>(92.954)</u>	<u>(93.109)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	19.1	-	10.074
Captação de empréstimos e financiamentos	13	292.795	60.482
Captação (liquidação) de operações de mútuo		(81.544)	76.371
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13	(84.268)	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	13	(15.450)	(1.541)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		<u>111.533</u>	<u>145.386</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>272</u>	<u>125</u>
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		748	623
No final do período		1.020	748
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>272</u>	<u>125</u>

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024***(Em milhares de reais)*

1. Informações Gerais

A Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima constituída em 07 de julho de 2021, com sede em Teresina, Estado do Piauí, Brasil, que tem como atividade principal realizar, sob regime de concessão patrocinada, destinada à prestação de serviços públicos na construção, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária, e assinou em 26 de julho de 2021 o contrato de concessão das rodovias PI-397 e PI-262 (“Transcerrados”), onde a CS Brasil Transportes (“CS Brasil”) detinha 64% de participação. Em 30 de dezembro de 2022, a controladora CS Brasil Transportes vendeu a totalidade de sua participação na Companhia para a CS Infra S.A (“CS Infra”), passando esta a ser a controladora com 77,59% de participação. A Companhia é uma controlada indireta da Simpar S.A (“Grupo Simpar”), detentora de 100% das ações da CS Infra.

1.1 Contrato de concessão

Contrato na modalidade de parceria público-privada, que visa delegar a iniciativa privada a prestação dos serviços públicos de construção, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária dos trechos das rodovias Transcerrados e Estrada Palestina, no estado do Piauí, nos termos das disposições do contrato, em especial o seu anexo II – Programa de Exploração Rodoviário (“PER”).

A rodovia Transcerrados é uma das principais rotas de escoamento para produção de grãos no Piauí, e é a maior intervenção rodoviária já executada no Estado. Ela interligará a região dos Cerrados Piauienses e garantirá melhores condições aos agricultores.

São 276,8 km de rota ligada com estradas para escoamento da produção. A rodovia possui localização estratégica para o escoamento da produção de grãos para exportação e está inserida na região MATOPIBA, que se destaca pela produção de milho, soja e algodão.

A região de MATOPIBA interliga as rodovias BR-230, BR-020, BR-343, BR-222, BR-135, BR-316 e BR-232.

O prazo do contrato é de 30 anos, contados da data de assinatura do Termo de Transferência de Posse do Sistema Rodoviário, o qual foi realizado em 28 de dezembro de 2021.

O contrato original ainda prevê a construção de 04 praças, 01 base de apoio aos usuários do Sistema Rodoviário, 01 Central de Controle Operacional (“CCO”), 02 praças de pesagens de veículos de carga, pavimentação, acessos, alças, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, acostamentos e quaisquer elementos dentro dos limites das faixas de domínio, bem como a manutenção e operação de todo este aparato.

Em 01 de fevereiro de 2024, foi assinado 2º Termo Aditivo do Contrato de Concessão, contemplando 307,24 km os trechos rodoviários concedidos, com a inclusão das Rodovias PI-247, PI- 391 e PI-392, totalizando 584,04 km de rodovias concedidas ao projeto concessionária abrangendo 25 municípios do Estado do Piauí, representando cerca de 25% da área total do estado. O aditivo ainda prevê a construção de mais 06 praças de pedágio, 02 Bases de Serviços Operacionais, 03 Postos Policiais, 02 Equipes de veículos de apoio, 03 equipes de atendimento de pré-hospitalar em ambulâncias para caso de acidentes nas rodovias, dentre outros.

A remuneração da concessionária será a receita bruta composta por receita tarifária advinda da cobrança do pedágio, bem como da contraprestação mensal fixa e do compartilhamento de risco de demanda, além das receitas marginais. A contraprestação será devida à Concessionária após o início da cobrança de pedágio

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



e será proporcional ao andamento das obras de pavimentação, desde que atendidos os requisitos contratuais e os indicadores de desempenho. À medida que as obras forem concluídas, cresce o percentual de contraprestação a ser pago e os valores contabilizados via receita de pedágio.

A Concessionária atende aos IQD (Índices de Qualidade de Desempenho) os quais são avaliados pelo Comitê de Monitoramento e Gestão de Contratos ("CMOG") e Verificador Independente, contratado pela concessionária e selecionado pelo Estado do Piauí. O Verificador Independente será responsável pelo cálculo do valor a ser pago a título de contraprestação.

A Grãos do Piauí segue com os investimentos previstos no contrato e em 06 de abril de 2024, inaugurou a praça 3 ("P3") de pedágio, cumprindo os compromissos estabelecidos na PPP com o Governo do Piauí, ampliando a remuneração tarifada e o recebimento da contraprestação mensal do Poder Concedente. Além disto, foi aprovado pelo Poder Concedente em dezembro/2024 a contraprestação efetiva como mecanismo de aplicação do compartilhamento de risco de demanda, referente ao 1º (primeiro) ano de apuração, ou seja, arrecadação das praças de pedágio, descrito em clausula contratual 8.61.

No período de construção de trechos da rodovia ou praça de pedágios serão necessários a realização de captação de recursos próprios no grupo, além dos financiamentos previstos e com o início das operações, a Administração entende que a geração de caixa além do fluxo de liberações dos financiamentos já contratados, serão suficientes para fazer frente as obrigações.

Ônus de contrato

Para execução da fiscalização da concessão, a Companhia deve arcar trimestralmente com valor de "ônus de fiscalização" em valor total equivalente a 2% (dois por cento) sobre a totalidade da receita tarifária bruta auferida pela Concessionária no período.

Considerando as atividades nos períodos findos dos exercícios de 31 dezembro 2024 e 31 de dezembro 2023 não houve montante de ônus do contrato.

1.2 Licenças e autorizações

É de responsabilidade da Concessionária requerer, custear e obter todas as licenças ambientais (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação) e autorizações (certidões, alvarás, etc.) necessárias à implementação e operação do sistema rodoviário, bem como às de execução das obras a serem implantadas com o termo de ampliação do novo trecho da rodovia Transcerrado em fase de construção (Nota 1.1), todas as licenças necessárias para o funcionamento da concessão foram obtidas.

1.3 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

Desde 2022, o Grupo Simpar mantém uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação. Isso em razão de o cenário de mudanças climáticas ser considerado nas decisões e estratégias dos negócios.

O Grupo também segue o determinado no Programa Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa ("GEE"), de forma a contribuir com a meta pública da SIMPAR de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030 atrelada ao primeiro *Sustainability-Linked Bond* ("SLB") do setor no mundo emitido em 2021, o primeiro *Sustainability-Linked Bond* em reais com liquidações em dólares do país.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024***(Em milhares de reais)*

O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (*Tank-to-Wheel*) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (*upstream*) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora).

A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação ao Comitê de Sustentabilidade do Grupo Simpar são considerados como plano de atendimento do compromisso da Companhia conforme abaixo:

- Os bens, equipamentos e instalações modernas que permanentemente ao longo da concessão, acompanhe as inovações do desenvolvimento tecnológico e sustentável como:
 - a) Os materiais utilizados na construção da rodovia sustentável e os descartes desses materiais junto a locais e empresas especializadas,
 - b) Execução de serviços de recuperação de áreas degradadas, ou seja, jazidas exploradas antes da transferência das rodovias PI-397 e PI-262 pelo poder concedente para a Companhia e
 - c) Combustível de baixo impacto ambiental, preferencial ao uso do etanol nos abastecimentos dos veículos utilizados na operação da rodovia.

O inventário de emissões é compilado e auditado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso, o programa e controles são constantemente aprimorados em busca do objetivo traçado, englobam os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, são reconhecidos com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG *Protocol* – um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2024 a nota B no *Carbon Disclosure Project* (“CDP”), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global.

Atualmente não identificamos impactos nas demonstrações financeiras da Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

1.4 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da reforma está baseado num imposto sobre valor agregado (“IVA”) repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal numa Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e uma subnacional Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), que substituirá os tributos Programa de Integração Social (“PIS”), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e serviços (“ICMS”) e Impostos sobre serviços (“ISS”).

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024***(Em milhares de reais)*

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis materiais.

2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – “CPC”)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 28 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024 com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente mesmo apresentando um capital circulante líquido negativo em 2024 e 2023 de R\$39.937 (R\$4.591 em 31 de dezembro de 2023), reflexos ainda da fase de construção dos novos trechos da rodovia e dos empréstimos tomados no decorrer do exercício de 2024, com a finalidade de custear os investimentos em andamento pela Companhia, sendo R\$68.436 referente a notas comerciais adquiridas pelo Grupo Simpar (nota 13), portanto sujeitas a alongamento de prazo a critério dos controladores.

A Companhia está em fase de realização de investimentos com o aditivo de contrato (nota 1.1) do novo trecho de concessão. A Administração avalia que a geração de caixa futura é suficiente para fazer frente às suas obrigações financeiras. Em 24 de março de 2025 a Companhia emitiu novas notas comerciais no valor total aproximado de R\$82.000, o que corrobora o suporte financeiro da sua controladora indireta Simpar (nota 26).

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico de suas operações. Os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.6 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.7 Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e aos ativos relacionados às infraestruturas da concessão, registrados decorrente aos custos da construção.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o fluxo de movimentação de eixos pela utilização da rodovia, ou seja, a quantidade de veículos com base, que passam pelas praças de pedágio ativas e tem como base no fluxo de carga projetado.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões de reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

2.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por Companhia contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

2.9 Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.10 Contratos de concessão

O ativo intangível e financeiro (contas a receber longo prazo) de concessão refere-se a todos os investimentos e benfeitorias relativos à construção de ativos que são necessários e que são registradas como receita de construção conforme requerido pela orientação "OCPC 05" – Contratos de concessão.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

2.11 Reconhecimento de receitas

2.11.1 Reconhecimento da arrecadação – Receita pela arrecadação pela utilização da rodovia

A receita é mensurada com base na arrecadação diária, através de numerários, cartão de crédito/débito, meio de pagamento automático (TAG) e vale pedágio. A Companhia reconhece a receita quando o usuário da rodovia efetua a passagem e o pagamento nas praças de pedágio da Companhia.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



2.11.2 Contraprestação mensal

O Contrato de Concessão da Companhia junto ao poder concedente faz parte da modalidade de concessão patrocinada, pela prestação de serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação e melhoria de operação rodovia. A finalidade na execução do contrato tem como medida a evolução das obras, aumentando o percentual de contraprestação a ser paga, conforme a evolução das obras. São duas modalidades de contraprestação descrita em contrato:

- a) contraprestação pecuniária mensal: valor a ser pago está baseado em indicadores de desempenho (nota 1.1) ao final dos trabalhos iniciais a cobrança de pedágio e
- b) contraprestação efetiva mensal: será devida à Concessionária após o início da cobrança de pedágio a partir do 13º (décimo terceiro) mês do contrato e será proporcional ao andamento das obras de pavimentação. À medida que as obras forem concluídas, cresce o % (percentual) de contraprestação a ser pago.

2.11.3 Receitas de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia será responsável por todos os investimentos, benfeitorias adicionais e serviços não especificados, mas que venham a ser necessários para alcançar os Parâmetros do Arrendamento. Conforme requerido pela orientação "OCPC 05" – Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione futuras receitas são registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos são registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens e serviços. A receita referente a serviços de construção, reconhecido em observação ao item 43 da orientação técnica supramencionada, não é tributável.

Quando a Concessionária presta serviços de construção, reconhece a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, apura a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Concessionária avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização de serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento de obra.

A Administração da Companhia entende que os custos só existem em função das obras na rodovia os quais são contratados a valor de mercado. Com base neste cenário, a Companhia estima ter margem de lucro igual à zero pelos serviços de construção, por serem contratados a valor de mercado.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, sendo que as receitas estão registradas ao valor justo.

2.12 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2023. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024***(Em milhares de reais)*

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos e passivos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e
- Valor justo por meio do resultado (“VJR”): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os ativos e passivos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

O ativo e o passivo financeiro são mensurados ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos e os valores de empréstimos são calculados a valor presente como estimativa de valor justo.

A classificação os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação e

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



- Nível 2 – Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis;

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Contabilização do contrato de concessão

A contabilização do contrato de concessão é realizada conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão.

A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e ativo financeiro; e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 1.1.

A Companhia entende que a melhor demonstração dos gastos com construção na Demonstração dos Fluxos de Caixa, relacionado ao ativo intangível, é enquadrada no grupo de atividades de investimento, uma vez que os gastos só ocorrem diante da expectativa de rentabilidade futura com o contrato de concessão, em consoante com o determinado no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

b) Reconhecimento de ativo intangível e financeiro

A Administração avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão e assinatura do termo de posse.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível e financeiro.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Administração avalia a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros

tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

4.1 Normas emitidas pelo IASB e IFRS e entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024.:

- **Alteração ao IAS 1 "/CPC26 Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 – “*Presentation of financial statements*”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “*Classification of liabilities as current or non-current*”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alteração ao IFRS 16 / CPC06 (R2) – “Arrendamentos”:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“*sale and leaseback*”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.
- **Alterações ao IAS 7 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“*supplier finance arrangements – SFAs*”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- (a) Os termos e condições dos acordos SFAs;
 - (b) Para a data de início e fim do período de reporte:
 - (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs;
 - (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento e
 - (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
- Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i) e Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

- **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“*sale and leaseback*”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras no exercício de adoção (1º de janeiro de 2024).

4.2 Normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, caso aplicável, quando entrarem em vigor:

- **Alterações ao IAS 21 – Efeitos de mudanças nas taxas de câmbio (equivalente ao CPC 02):** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024***(Em milhares de reais)*

- **Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 (equivalentes ao CPC 48 e CPC 40, respectivamente):** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações das IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas sendo:
 - (ii) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro;
 - (iii) (ii) esclarecem e inserem mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros (“SPPI”);
 - (iv) (iii) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e
 - (v) (iv) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em vigor para períodos anuais.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras – em substituição ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (“PFS”)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



- **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3)), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras de suas subsidiárias que atenderem aos requisitos da norma.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida.

A Companhia estima que a adoção dessas normas e alterações não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras no período inicial de adoção. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	76	138
Bancos	74	30
Total de disponibilidades	150	168
Certificado de depósitos bancários (“CDB”)	870	580
Total de aplicações financeiras	870	580
Total	1.020	748

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o rendimento médio das aplicações financeiras foi equivalente a 13,71 % a.a. (14,91 % a.a. em 31 de dezembro de 2023).

6. Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

	2024	2023
Fundo de investimento – BNB (i)	6.968	2.250
Total	6.968	2.250

- (i) investimento vinculado ao empréstimo tomado junto ao Banco do Nordeste Nacional (“BNB”)

O rendimento médio dos papéis alocados em fundos exclusivos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi de a taxa pré de 10,96% aa (13,32% em 31 de dezembro de 2023).

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



7. Contas a receber

	2024	2023
Valores a receber de arrecadação	40.284	-
Contraprestação - Poder Concedente (a)	103.904	70.041
Total	144.188	70.043
Circulante	40.284	5.081
Não circulante	103.904	64.962
Total	144.188	70.043

- (a) O montante de R\$103.904 (R\$70.041 em 31 de dezembro de 2023) refere-se ao ativo financeiro a receber junto ao poder concedente, registrado proporcionalmente conforme o avanço das obras em relação ao fluxo projetado e aos atendidos requisitos contratuais, ou seja, indicadores de desempenho. À medida que as obras forem concluídas, aumenta o percentual de contraprestação a ser paga (nota 2.12.2 (a) e (b)). A contraprestação a ser paga se dá o início da cobrança de pedágio, iniciado no mês de maio de 2023. A contraprestação está registrada a valor presente.

Aging List

	2024		2023	
	Contas a receber	Contas a receber líquido	Contas a receber	Contas a receber líquido
Total a vencer	144.188	144.188	68.879	68.879
Vencidos até 30 dias	-	-	1.164	1.164
Total vencidos	-	-	1.164	1.164
Total	144.188	144.188	70.043	70.043

8. Adiantamento a terceiros

	2024	2023
Adiantamento a fornecedores diversos (i)	37	6.612
Adiantamento a funcionários	33	-
Total	70	6.612

- (i) Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de adiantamento refere-se a prestadores de serviço na construção e manutenção: Luxter R\$20 e E S Roque R\$9 (31 de dezembro 2023: MTSUL R\$2.000; Ômega Projetos R\$1.289; A. Coelho R\$788; Dyego Borges R\$594 e outros R\$821).

9. Despesas antecipadas

	2024	2023
Seguros a apropriar	1.258	116
Total	1.258	116

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



10 Imobilizado

As movimentações em 01 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas a seguir:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Custos					
Em 31 de dezembro de 2021	1.435	-	-	-	1.435
Adições	2.192	-	-	-	2.192
Baixa de ativos	(79)	-	-	-	(79)
Em 31 de dezembro de 2022	3.548	-	-	-	3.548
Adições	2.462	664	3.616	300	7.042
Transferências intangível	(1.826)	-	-	-	(1.826)
Em 31 de dezembro de 2023	4.184	664	3.616	300	8.764
Adições	3.852	545	69	-	4.466
Baixa de ativos e outros	(110)	-	-	-	(110)
Em 31 de dezembro de 2024	7.926	1.209	3.685	300	13.120
Depreciação acumulada					
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-
Despesa de depreciação no período	(188)	-	-	-	(188)
Em 31 de dezembro de 2022	(188)	-	-	-	(188)
Despesa de depreciação no período	(375)	(37)	(288)	(27)	(727)
Em 31 de dezembro de 2023	(563)	(37)	(288)	(27)	(915)
Despesa de depreciação no período	(309)	(78)	(366)	(60)	(813)
Transferências	21	(21)	-	-	-
Baixa de ativos e outros	17	-	-	-	17
Em 31 de dezembro de 2024	(834)	(136)	(654)	(87)	(1.711)
Saldos líquidos:					
Em 31 de dezembro de 2023	3.621	627	3.328	273	7.849
Em 30 de dezembro de 2024	7.092	1.073	3.031	213	11.409
Taxa média de depreciação (%) - no período:	7%	11%	10%	20%	

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



11 Intangível

As movimentações em 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas a seguir:

	Contrato de concessão (i)	Intangível em andamento	Software de terceiros	Total
Custo				
Em 31 de dezembro de 2022	48.465	-	789	49.254
Adições	84.997	-	1.070	86.067
Transferências do imobilizado	1.826	-	-	1.826
Em 31 de dezembro de 2023	135.288	-	1.859	137.147
Adições	-	88.413	75	88.488
Transferências	91.438	(90.574)	(864)	-
Juros capitalizados	-	2.161	-	2.161
Em 31 de dezembro de 2024	226.726	-	1.070	227.796
Amortização acumulada				
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
Despesas de amortização no período	(1.773)	-	(203)	(1.976)
Em 31 de dezembro de 2023	(1.773)	-	(203)	(1.976)
Despesas de amortização no período	(5.382)	-	(289)	(5.671)
Em 31 de dezembro de 2024	(7.155)	-	(492)	(7.647)
Saldos líquidos:				
Em 31 de dezembro de 2023	133.515	-	867	135.171
Em 30 de dezembro de 2024	219.571	-	578	220.149
Taxa média de amortização (%) - no período:	2,44%	-	20%	

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem a Infraestrutura Rodoviária para operá-la.

Durante 2024, a Companhia capitalizou custos de empréstimos no valor de R\$2.161, proporcional aos investimentos no decorrer do ano de 2024.

12 Fornecedores

	2024	2023
Veículos, máquinas e equipamentos	25	103
Material de estoque	1	5
Peças e manutenção	334	4.628
Serviços contratados	2.739	4.004
Partes relacionadas (nota 18.1)	1.864	397
Outros	1.002	475
Total	5.965	9.612

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



13 Empréstimos e financiamentos

As movimentações em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas a seguir:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	2024			Movimentação					2023		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Despesa de captação	Juros apropriados (ii)	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
Notas comerciais (18.1) (i)	16,08%	CDI+3,5%	mar-25	68.436	-	68.436	150.000	(84.268)	(4.881)	-	7.585	-	-	-
FINAME (ii)	3,44%	SELIC+3,44	dez-29	477	2.742	3.219	3.162	-	-	-	57	-	-	-
FNE (i) (ii)	7,57%	IPCA+2,54%	ago-38	7.552	204.726	212.278	139.633	-	(10.569)	32	12.252	4.345	66.585	70.930
				<u>76.465</u>	<u>207.468</u>	<u>283.933</u>	<u>292.795</u>	<u>(84.268)</u>	<u>(15.450)</u>	<u>32</u>	<u>19.894</u>	<u>4.345</u>	<u>66.585</u>	<u>70.930</u>

- (i) F Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), financiamentos e investimentos em infraestrutura na região do Nordeste, com a finalidade na gestão de caixa da Grãos do Piauí, nos investimentos realizados pela Companhia. Esse contrato tem carência de 36 meses e não possui clausula restritiva. A amortização de juros e principal são mensais e ocorrem após o período de carência. O contrato de empréstimos e financiamento junto ao FNE é garantido através de fiança com os Bancos: BTG e Bradesco.
- (i) Nota de crédito com empresas do grupo econômico Simpar (partes relacionadas) com remuneração anual correspondente a 100% da taxa DI acrescida de spread (sobretaxa) de 3,5% e com base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
- (ii) parte dos juros apropriados no resultado no valor de R\$2.161 no decorrer de 2024, foram capitalizados proporcional os investimentos no ano de 2024.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2024
 (Em milhares de reais)



14 Obrigações sociais e trabalhistas

	2024	2023
Salários	3.008	1.313
Provisão de férias	895	601
Bônus e participações nos lucros e resultados (i)	497	201
INSS	218	1.441
FGTS	65	59
	<u>4.683</u>	<u>3.615</u>
Circulante	4.678	3.615
Não circulante	5	-
Total	<u>4.683</u>	<u>3.615</u>

(i) Bônus (*Phantom Shares*) baseado na variação de valor (preço de mercado) das ações do Grupo Simpar e o pagamento desse numerário será realizado a longo prazo.

(i) .

15 Tributos a Recolher

	2024	2023
PIS e COFINS	52	119
ICMS e ISS	1.605	1.400
INSS parcelado (i)	2.399	-
IOF	1.318	20
IRRF e outros	194	185
Total	<u>5.568</u>	<u>1.724</u>
Circulante	3.169	1.724
Não circulante	2.399	-
Total	<u>5.568</u>	<u>1.724</u>

(i) INSS sobre serviços tomados de 2022 a 2024, regularizados através de opção ao parcelamento simplificado em 60 parcelas requerido em 13/12/2024 e ultima parcela com vencimento em 13/12/2029.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2024
 (Em milhares de reais)



16 Imposto de renda e contribuição social

16.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais. As origens estão apresentadas a seguir:

	2024	2023
<u>Imposto diferido ativo</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	8.135	7.662
Outras provisões	-	408
Total do imposto diferido ativo	8.135	8.070
<u>Imposto diferido passivo</u>		
Receita diferida de órgãos públicos	(8.048)	-
Depreciação econômica vs. fiscal	(572)	(154)
Imobilização leasing financeiro	-	(94)
Outras provisões	-	(84)
Total do imposto diferido passivo	(8.620)	(332)
Total do imposto diferido ativo (passivo), líquido	(485)	7.738
Tributos diferidos líquidos, alocados no ativo	-	7.738
Tributos diferidos passivos	(485)	-
Total do imposto diferido passivo, líquido	(485)	7.738

As movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.738
IRPJ/ CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	(8.223)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(485)

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



16.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.575	(19.004)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(8.696)	6.461
Incentivos fiscais - PAT	(24)	-
Benefício SUDENE (nota 19.2 c)	(218)	-
Despesas indedutíveis e outras exclusões permanentes	264	(7)
Antecipações IRRJ, CSLL e IRRF	-	(42)
IRPJ e CSLL apurados	(8.674)	6.412
Corrente	(451)	-
Diferido	(8.223)	6.412
IRPJ e CSLL no resultado	(8.674)	6.412
Alíquotas efetivas	-33,9%	-33,7%

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades sujeitos a juros.

Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

17 Outras contas a pagar

	2024	2023
Demais contas a pagar	63	223
Contas a pagar Intercompany (nota 18.1)	3.960	1
Total	4.023	224

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



18 Partes relacionadas

18.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)

As naturezas dos saldos em contas do balanço patrimonial com partes relacionadas referem-se a transações compostas por outras contas a pagar: saldos a pagar, decorrente de compartilhamento de despesas junto a Companhias do mesmo grupo econômico.

	Ativo				Passivo							
	Contas a Receber		Partes Relacionadas		Fornecedores (nota 12)		Empréstimos e financiamentos (nota 13)		Partes Relacionadas		Outras contas a pagar	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
JSL	-	2	-	-	15	-	-	-	-	2	-	-
CS Brasil	-	-	-	-	471	80	26.614	-	83	76.371	3.024	-
CS Frotas	-	-	-	-	1	251	-	-	-	45	-	-
CS Holding	-	-	-	-	424	-	-	-	-	-	-	-
CS Infra	-	-	5.203	-	-	-	-	-	3.724	3.724	-	-
CS Mogi Mobi	-	-	-	-	92	-	-	-	-	-	257	-
Movida	-	-	-	-	-	46	-	-	-	-	111	36
Simpar	-	-	-	-	860	18	41.822	-	-	6	528	-
BBC Pagamentos	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-
Ciclus Amazônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-
Total	-	2	5.203	-	1.864	397	68.436	-	3.807	80.148	3.960	36
Circulante	-	2	5.203	-	1.864	397	68.436	-	83	80.148	3.960	36
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	3.724	-	-	-
Total	-	2	5.203	-	1.864	397	68.436	-	3.807	80.148	3.960	36

18.2 Saldos com partes relacionadas (resultado)

	Receita financeira		Locação e serviços tomados		Despesas Adm. E Comerciais	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
JSL	-	-	-	-	6	-
CS Brasil	-	-	-	-	1	-
BBC Pagamentos	-	-	-	-	1	-
Movida	-	-	47	-	-	-
CS Infra	203	-	-	-	-	-
CS Holding	-	-	-	-	320	-
Simpar	-	-	-	-	664	-
Total	203	-	47	-	992	-

18.3 Remuneração da administração

A remuneração dos gastos com administração para o período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, conforme abaixo:

	2024
Remuneração fixa	594
Encargos e benefícios	13
Remuneração baseada em ações	693
Total	1.301

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024, é de R\$79.565 (R\$79.565 em 31 de dezembro de 2023) dividido em 79.565.386 (79.565.386 em 31 de dezembro de 2023) ações, sendo 73,25% de sua controladora CS Infra e 26,75% distribuídos entre as demais acionistas: 19,75% - MTSUL Construções Ltda. (“MTSul”), 5,5% Vetor Participações e Concessões (“Vetor”), e 1,5% SERVENG Civilsan S/A Empresas Associadas de Engenharia (“SERVENG”).

19.2 Destinação de lucros

a) Reserva legal

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. Em 31 de dezembro de 2024 o valor registrado foi de R\$169.

b) Reserva de investimentos

A reserva de investimentos tem por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, para a qual poderá ser destinado até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias. Foi registrado o montante de R\$3.190 como destinação do saldo remanescente dos lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 após as constituições das reservas legais e estatutárias (R\$169 em 31 de dezembro de 2024).

c) Incentivos fiscais

A Companhia possui incentivos com redução de 75% do IRPJ incidente sobre o lucro auferido nos estados das regiões Nordeste do país (área SUDENE). A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2024 foi R\$642.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2024
 (Em milhares de reais)



20 Receita Líquida

a) Fluxo de receitas

	2024	2023
Receita de prestação de serviços	80.076	13.664
Receita de construção	126.376	129.978
Receita líquida total	206.451	143.642

	2024	2023
Receita bruta	209.048	144.352
Menos:		
Impostos sobre prestação de serviço	(2.597)	(710)
Receita líquida total	206.451	143.642

b) Desagregação da receita de contrato com cliente por segmento

	2024	2023
Receita de arrecadação	18.007	5.482
Receita contraprestação pecuniária	62.069	8.182
Receita com construção	126.376	129.978
Receita líquida total	206.451	143.642
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	126.376	129.978
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	80.076	13.664
Receita líquida total	206.451	143.642

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



21 Gastos por natureza

As informações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	2024	2023
Pessoal e encargos	(16.371)	(10.247)
Serviços prestados (informática, administrativos, jurídicos etc.)	(12.987)	(62.381)
Infraestrutura (manutenções, água, esgoto, energia elétrica etc.)	(1.607)	(4.898)
Depreciação e amortização	(6.484)	(2.703)
Materiais de construção (i)	(108.148)	(72.556)
Comunicação, propaganda e publicidade	(244)	(58)
Peças, pneus e manutenções	(2.208)	(479)
Combustíveis e lubrificantes	(2.909)	(1.267)
Material de consumo	(689)	(1.194)
Aluguéis de imóveis	(311)	(231)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos (i)	(3.273)	(381)
Manuseio de cargas e enlunamentos	(384)	-
Viagens e estadias	(864)	(1.907)
Impostos e taxas	(1.080)	(234)
Outros custos (i)	(4.324)	(1.247)
	(161.883)	(159.783)
Custo de prestações de serviços	(23.255)	(11.950)
Custo de construção	(126.376)	(129.978)
Despesas administrativas	(12.252)	(17.855)
	(161.883)	(159.783)

(i) materiais para construção, aluguel de equipamentos e outros custos decorrente dos investimentos no novo trecho (nota 1.1)

22 Resultado Financeiro

	2024	2023
Aplicações financeiras	1.643	234
Variação monetária ativa	1	-
Receitas de mútuo	203	-
Outras receitas financeiras	55	48
Receita financeira total	1.902	282
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(17.733)	(2.028)
Despesa com captação	(21)	(86)
Encargos sobre pagamentos	(3)	(21)
Comissão sobre fianças	(2.242)	(556)
Outras despesas financeiras	(738)	(359)
Descontos concedidos, despesas e tarifas bancárias	(158)	(95)
Despesas financeiras	(20.895)	(3.145)
Resultado financeiro líquido	(18.993)	(2.863)

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

23.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	2024		2023		Categoria	
	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil		Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa		1.020	1.020	748	748	Custo amortizado
Títulos, valores mobiliários e aplic.financieiras	Nível 2	6.968	6.968	2.250	2.250	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber		141.683	141.683	70.043	70.043	Custo amortizado
Outros créditos		448	448	80	80	Custo amortizado
Total		150.119	150.119	73.121	73.121	
Passivos financeiros						
Fornecedores		5.965	5.965	9.612	9.612	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos		283.933	287.027	70.930	68.820	Custo amortizado
Partes relacionadas		3.807	3.807	80.148	80.148	Custo amortizado
Outras contas a pagar		4.023	4.023	224	224	Custo amortizado
Total		297.728	300.822	160.914	158.804	

23.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia se referem a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. A Companhia possui em seu ativo contas a receber, partes relacionadas, outros créditos e depósitos à vista de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da Controladora, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada e recomenda ações ao Conselho de Administração da controladora Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Companhia está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Compete ao Conselho de Grupo Simpar autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras.

i. Caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, amparada pelo seu Comitê Financeiro da controladora Simpar, de acordo com as diretrizes

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora Simpar. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") ao risco de crédito extraídas de agências de ratings, conforme demonstrado abaixo:

Rating em Escala Local "Br"		Rating em Escala Global "G"	
Nomenclatura	Quantidade	Nomenclatura	Quantidade
Br AAA	Prime	G AAA	Prime
Br AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado	G AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado	G A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo	G BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo	G BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
Br B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo	G B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
Br CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo	G CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
Br DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória	G DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Companhia para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

	2024	2023
Valores depositados em conta corrente	150	168
Br AAA	870	580
Total de aplicações financeiras	870	580
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.020	748

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

Os instrumentos financeiros da Companhia afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliário estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)



c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez. O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	2024				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	acima de 3 anos
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	283.933	436.517	94.091	71.863	270.563
Fornecedores	5.965	5.965	5.965	-	-
Partes relacionadas	3.807	3.890	83	3.807	-
Outras contas a pagar	4.023	4.023	4.023	-	-
Total	297.728	450.395	104.162	75.670	270.563

24 Cobertura de seguros

A Companhia possui seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

Serviços Segurados	Vigência	Cobertura
Risco de engenharia - Danos a rodovia	09/09/2022 a 31/01/2025	10.187
Garantia de execução da obra - setor público	23/07/2024 a 24/07/2025	17.231
Risco operacional - setor público (sub trecho 03/04/05)	06/03/2024 a 06/09/2025	351.053
Responsabilidade Civil - garantia de execução da obra	25/09/2024 a 25/09/2025	7.000

i. Seguros para garantias de obrigações públicas e Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

Adicionalmente, a Companhia possui seguro garantia cuja cobertura contratada é considerada pela Companhia suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros são de R\$375.284 com início de vigência em 09/09/2022 e fim em 25 de setembro de 2025 tendo como segurado o Ministério da Infraestrutura.

O objetivo é garantir a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para a Companhia, encontrando-se também garantidos os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93, podendo ainda ser contratada, com verba específica independente, cobertura adicional de ações trabalhistas e previdenciárias.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2024
 (Em milhares de reais)



25 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia possui certos riscos de demanda e processos em andamento de natureza tributárias nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	2024	2023
Tributárias (i)	4.157	3.437
Total	4.157	3.437

- (i) Processos sobre imposto sobre serviços prestados ("ISS"), onde o fato gerador foram contratos de prestação de serviços tomados de junho de 2022 a outubro de 2023. Os processos em questão em 31 de dezembro encontravam-se em andamento.

26 Eventos subsequentes

Em 25 de março de 2025, a Companhia realizou a 6ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição privada, adquiridas pela sua controladora indireta Simpar. O valor total desta emissão foi de R\$82.000 e remuneração anual correspondente a 100% da taxa DI acrescida de *spread* de 3,5% e (base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 5AADD645-80CC-4659-976A-560DB56B171C

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: Relatório da Administração 2024_v280324II.pdf, DF Graos DEZ24_compress...

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 49

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Matheus Nunes

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

matheus.nunes@pwc.com

Endereço IP: 134.238.159.65

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Matheus Nunes

Local: DocuSign

28 de março de 2025 | 19:38

matheus.nunes@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

28 de março de 2025 | 19:51

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Assinatura

Registro de hora e data

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes

DocuSigned by:

Enviado: 28 de março de 2025 | 19:44

priscila.paschoal@pwc.com



Visualizado: 28 de março de 2025 | 19:47

Partner

Assinado: 28 de março de 2025 | 19:50

PwC BR

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Usando endereço IP: 134.238.160.144

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Matheus Nunes

Copiado

Enviado: 28 de março de 2025 | 19:51

matheus.nunes@pwc.com

Visualizado: 28 de março de 2025 | 19:51

Manager

Assinado: 28 de março de 2025 | 19:51

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	28 de março de 2025 19:44
Entrega certificada	Segurança verificada	28 de março de 2025 19:47
Assinatura concluída	Segurança verificada	28 de março de 2025 19:50
Concluído	Segurança verificada	28 de março de 2025 19:50

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------